

## INSTRUÇÕES

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.  
Este Caderno contém, respectivamente, **duas** questões discursivas de Conhecimentos Específicos e **60** questões de múltipla escolha assim distribuídas:
- 2 **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa e Redação Oficial; **11 a 15** ▶ Noções de Informática; **16 a 20** ▶ História do RN e Aspectos Geoeconômicos do RN; **21 a 25** ▶ Legislação do MP do RN; **26 a 60** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
- 4 As questões discursivas serão avaliadas considerando-se apenas o que estiver escrito no Espaço destinado na Folha de Respostas da Prova Escrita Discursiva.
- 5 Escreva de modo legível, pois dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
- 6 Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 7 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 8 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 9 Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 10 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta.
- 11 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões discursivas na Folha de Resposta da Prova Escrita Discursiva, responder às de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas das Provas Objetivas.
- 12 O preenchimento das Folhas de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 13 Ao retirar-se definitivamente da sala, entregue ao Fiscal este Caderno, a Folha de Resposta das Provas Objetivas e a Folha de Respostas da Prova Escrita Discursiva.

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_



**Questão 1** (5,0 pontos)

Os Princípios Orçamentários visam estabelecer regras norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, estados, Distrito Federal e municípios – são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina.

Cite 5 Princípios Orçamentários e explique, o que cada um deles determina, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Rascunho

---

## Questão 2

Redução ao valor recuperável (*impairment*) é a redução, nos benefícios econômicos futuros ou no potencial de serviços de um ativo, a qual reflete um declínio na sua utilidade além de um reconhecimento sistemático por meio da depreciação.

Considere que uma prefeitura do interior do Rio Grande do Norte adquiriu, no ano de 2015, um trator por R\$ 350.000,00 e, num dado momento, sua depreciação acumulada chegou a R\$ 95.000,00. Nesse momento, o valor em uso desse trator é R\$ 175.000,00, e seu valor de mercado líquido foi avaliado em R\$ 110.000,00.

Com base nessas informações, responda aos subitens a seguir:

- A)** calcule o valor recuperável e o valor contábil do trator após a aplicação do teste de *impairment*;
- B)** se houver perda de valor recuperável após o teste de *impairment*, efetue o lançamento contábil para o registro dessa perda. Caso contrário, justifique o porquê de não ter havido a perda.

Rascunho

---

As questões de número 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

### Radicalizar a democracia

*José Renato Nalini e Wilson Levy*

- 1º O legislador constituinte, autor do *design* do nosso projeto jurídico-político de nação, explicitou que "todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente", nos termos da Constituição.
- 2º O que significa "diretamente"? Enganam-se aqueles que se satisfazem com afirmar que "diretamente" se refere, apenas, às hipóteses de plebiscito, referendo e iniciativa popular de lei. O alcance do vocábulo é bem maior.
- 3º O próprio texto constitucional menciona a participação de múltiplos atores no planejamento e na execução da política agrícola. Menciona também o papel desses atores na diretriz do sistema único de saúde e na "gestão democrática do ensino público".
- 4º Tais dispositivos mostram que o modelo representativo de democracia é insuficiente para realizar o projeto constitucional. Para atender a essa missão, é urgente engajar a sociedade civil, por meio de mecanismos de participação e controle social. Em outras palavras, é preciso radicalizar a democracia.
- 5º Essa não é uma tarefa simples. Faltam marcos regulatórios. A Política Nacional de Participação Social (PNPS), instituída pelo decreto 8.243/2014 com esse propósito, foi suspensa pelo Parlamento em meio à refrega política que toma conta do país. E nada foi colocado no lugar.
- 6º São incalculáveis as vantagens da democracia participativa. Com ela, elimina-se a ilusão de que o Estado é capaz de saber, mesmo numa sociedade cada vez mais complexa e plural, o que cada um precisa o tempo todo.
- 7º Incluir as pessoas na busca por soluções tem também um efeito pedagógico. Quando elas se tornam parte do processo, há um ganho de maturidade. Aprende-se a negociar consensos e definir prioridades, porque o orçamento público é limitado e não existe refeição gratuita.
- 8º A instituição de conselhos nas diversas áreas da administração pública e o fortalecimento das formas já existentes de organização social, tais como as associações de pais e mestres e de bairro, são outro passo importante. Tais conselhos são caixas de ressonância de vozes individuais que dificilmente seriam ouvidas sozinhas.
- 9º Democracia participativa não é "bolivarianismo", como alguns apregoaram à época da edição da PNPS. A sociedade civil nada mais é do que a somatória de todos os segmentos e setores sociais, ou seja, todos nós.
- 10º Uma democracia radical, inclusive, é o antídoto ideal para desarmar a retórica fácil de quem pede democracia, mas se esquece de sentar-se à mesa de discussão. Além disso, impõe o desafio de estar aberto, até a ser convencido de que suas próprias posições podem estar erradas.
- 11º Desde as jornadas de junho de 2013, há em curso, no Brasil, uma luta por reconhecimento. Milhões de pessoas, a maioria jovens, sem os ranços de vinculação partidária, querem se sentir socialmente úteis. Têm opinião e desejos. Sabem o que querem e o que não querem.
- 12º O gestor público que for sensível a isso e que engaje essa legião na formulação das políticas públicas poderá inaugurar um ciclo virtuoso de cidadania. Basta tornar a participação uma política de Estado e disseminar uma cultura de diálogo.
- 13º A juventude engajada dá uma lição de cidadania. Indispensável ouvi-la. Que tal dar um passo à frente e convidá-la para construir também o país do futuro?

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao>>. Acesso em: 29 jan. 2017. [Adaptado]

#### GLOSSÁRIO:

**Bolivarianismo:** conjunto de doutrinas políticas que vigora em partes da América do Sul, mais especificamente na Venezuela.

01. É propósito comunicativo principal do texto

- A) defender uma redefinição do modelo de democracia vigente no Brasil.
- B) criticar os que associam a luta pela democracia a uma retórica fácil.
- C) defender uma inversão radical do modelo de Estado vigente no Brasil.
- D) criticar os que creem na onisciência do Estado em uma sociedade plural.

02. Considere o trecho a seguir:

Uma democracia radical, **inclusive** (1º), é o antídoto ideal para desarmar a retórica fácil de quem pede democracia, mas se esquece de sentar-se à mesa de discussão. Além disso, impõe o desafio de estar aberto, **até** (2º) a ser convencido de que suas próprias posições podem estar erradas.

Sobre os elementos linguísticos destacados, é correto afirmar:

- A) ambos deixam subentendida a existência de uma escala com outros argumentos considerados mais fortes.
- B) o primeiro assinala um argumento mais forte, e o segundo apresenta apenas uma função preposicional.
- C) ambos assinalam argumentos mais fortes de uma escala voltados a uma determinada conclusão.
- D) o primeiro apresenta apenas uma função preposicional, e o segundo assinala um argumento mais forte.

As questões 03 e 04 referem-se ao parágrafo a seguir.

O legislador constituinte, autor do *design* do nosso projeto jurídico-político de nação, explicitou **que** (1) "todo poder emana do povo, **que** (2) o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente", nos termos da Constituição.

03. A citação de discurso alheio presente no parágrafo apresenta-se sob forma

- A) indireta e objetiva modalizar o discurso citado, reproduzindo, com exatidão, as ideias desse discurso.
- B) indireta e objetiva parafrasear o discurso citado, evidenciando concordância com as ideias desse discurso.
- C) direta e objetiva imprimir autenticidade ao discurso citado, reproduzindo, com exatidão, as palavras desse discurso.
- D) direta e objetiva promover distanciamento do discurso citado, evidenciando discordância com as palavras desse discurso.

04. Os elementos linguísticos 1 e 2, destacados, pertencem

- A) à mesma classe de palavra e exercem a mesma função.
- B) a classes de palavra diferentes e exercem funções diferentes.
- C) a classes de palavra diferentes e exercem a mesma função.
- D) à mesma classe de palavra e exercem funções diferentes.

05. A linguagem utilizada no texto tende

- A) à variedade formal e à conotação, com interferências significativas da coloquialidade.
- B) à variedade informal e à conotação, com interferências significativas da formalidade.
- C) à variedade informal e à denotação, sem interferências significativas da formalidade.
- D) à variedade formal e à denotação, sem interferências significativas da coloquialidade.

06. Considere o trecho:

Milhões de pessoas, a maioria jovens, sem os ranços de vinculação partidária, **querem** (1º) se sentir socialmente úteis. **Têm** (2º) opinião e desejos. **Sabem** (3º) o que **querem** (4º) e o que não **querem** (5º).

As formas verbais destacadas no trecho concordam com

- A) sujeitos diferentes nos dois primeiros casos e o mesmo sujeito nos demais casos.
- B) sujeitos diferentes em todos os casos.
- C) o mesmo sujeito nos dois primeiros casos e com sujeitos diferentes nos demais casos.
- D) o mesmo sujeito em todos os casos.

07. Considere os períodos:

Tais dispositivos mostram que o modelo representativo de democracia é insuficiente para realizar o projeto constitucional. Para **atender** (1) a essa missão, é urgente **engajar** (2) a sociedade civil, por meio de mecanismos de participação e controle social.

Os verbos destacados constituem núcleos de orações as quais apresentam valor de

- A) substantivo e advérbio, respectivamente.
- B) advérbio e substantivo, respectivamente.
- C) substantivo.
- D) advérbio.

08. Considere o trecho:

São incalculáveis as vantagens da democracia participativa. Com ela, elimina-se a ilusão de que o Estado é capaz de saber, mesmo numa sociedade cada vez mais complexa e plural, o que cada um precisa [...].

Mantendo-se as mesmas relações de sentido, a reescrita que **não** apresenta ambiguidade é:

- A) São incalculáveis as vantagens da democracia participativa. Elimina-se, mesmo numa sociedade cada vez mais complexa e plural, a ilusão de que o Estado é capaz de saber, com ela, o que cada um precisa.
- B) São incalculáveis as vantagens da democracia participativa. Mesmo numa sociedade cada vez mais complexa e plural, elimina-se, com ela, a ilusão de que o Estado é capaz de saber o que cada um precisa.
- C) São incalculáveis as vantagens da democracia participativa. Elimina-se a ilusão de que o Estado é capaz de saber, com ela, o que cada um precisa, mesmo numa sociedade cada vez mais complexa e plural.
- D) São incalculáveis as vantagens da democracia participativa. Elimina-se, com ela, a ilusão de que o Estado é capaz de saber o que cada um precisa, mesmo numa sociedade cada vez mais complexa e plural.

As questões 09 e 10 referem-se ao período a seguir.

A Política Nacional de Participação Social (PNPS), instituída pelo **decreto** 8.243/2014 com esse propósito, foi suspensa pelo Parlamento em meio à refrega política que toma conta do país.

09. A palavra em destaque designa um gênero discursivo que objetiva, entre outros propósitos comunicativos,

- A) estabelecer a funcionalidade de uma lei.
- B) comunicar a resolução de uma autoridade pública sobre um requerimento.
- C) promover a comunicação entre unidades de um mesmo órgão.
- D) resumir as ocorrências de uma reunião de pessoas para determinado fim.

**10.** No gênero discursivo designado pela palavra em destaque,

- A)** os artigos devem apresentar numeração cardinal até o número nove e ordinal a partir do número dez.
- B)** todos os parágrafos devem apresentar numeração expressa por extenso sempre precedida pelo símbolo §.
- C)** os artigos devem apresentar numeração ordinal até o número nove e cardinal a partir do número dez.
- D)** todos os parágrafos devem apresentar numeração expressa por algarismos arábicos nunca precedida pelo símbolo §.



11. O Windows 10 foi concebido com o objetivo de ampliar a capacidade do sistema operacional para suportar problemas de segurança, desde os mais conhecidos aos que surgem no dia-a-dia. Nesse sentido, o controle de acesso, no Windows 10, é constituído por 3 componentes:
- A) Autenticação, Autorização e Não-Repúdio
  - B) Identidade, Não-Repúdio e Acesso
  - C) Autenticação, Identificação e Autorização
  - D) Identidade, Acesso e Identificação
12. A Topologia lógica de uma rede de computadores determina como os sinais agem dentro da rede em referência ao fluxo de dados que passam através dessa rede. Nesse contexto,
- A) a topologia de rede Estrela utiliza um concentrador como ponto central da rede para permitir a transmissão dos dados.
  - B) na topologia de rede Anel, os dispositivos são conectados em paralelo, o que garante o funcionamento da rede em caso de falha de um deles.
  - C) na topologia de rede Ponto a Ponto, cada dispositivo tem um único papel no processo de comunicação, atuando, de forma exclusiva, como cliente ou servidor.
  - D) a topologia de rede Árvore consiste em múltiplos concentradores ligados em série sem a existência de sub-redes.
13. Distribuições Linux, tais como a Ubuntu, possuem um gerenciador de *boot* que permite escolher qual partição o computador deve inicializar. Dessa forma, podemos ter dois ou mais sistemas operacionais instalados em um mesmo computador. Um dos programas que permite gerenciar o *boot* é o
- A) fdisk.
  - B) mnt.
  - C) grub.
  - D) ReiserFS.

Para responder as questões 14 e 15, considere a seguinte planilha, elaborada usando o Excel 2016 para o sistema operacional Windows 10, versão pt-br.

	A	B	C	D
1	Processo	Assunto	Fase	Valor
2	2017.9880-990	Análise de Mérito	Julgamento	123
3	2017.8777-123	Pensão Alimentícia	Instrução Inicial	345
4	2017.6764-457	Crime contra o Patrimônio	Arquivado	210
5	2016.7845-221	Problemas Adicionais	Julgamento	45
6	2016.5643-129	Questões Administrativas	Arquivado	97
7	2016.3489-917	Pensão Alimentícia	Julgamento	20
8	Cálculo			

14. Considerando-se que, na célula B8, foi digitada a fórmula =SOMASES(D2:D7;A2:A7;"2016\*";C2:C7;C5), o valor a ser gerado é
- A) 123.
  - B) 65.
  - C) 97.
  - D) 288.
15. No caso da necessidade de formatar os dados da planilha, existe a possibilidade de remover os pontos e traços da célula A2 utilizando-se a fórmula:
- A) =SUBSTITUIR(SUBSTITUIR(A2;".";"");"-";"")
  - B) =SUBSTITUIR(A2;"-.";"")
  - C) =SUBSTITUIR(SUBSTITUIR(A2;"-";"");"-";"")
  - D) =SUBSTITUIR(A2;E("-";".";"");"")

16. As pesquisas sobre o período colonial no Rio Grande do Norte têm discutido as questões referentes às disputas entre os povos nativos e a consolidação do domínio português. Nesse contexto, os trabalhos mais recentes sobre a história colonial do Rio Grande do Norte indicam que
- A) as missões de aldeamento dos Tupi e dos Tarairiú, nos séculos XVII e XVIII, fracassaram como estratégias de, por meio da catequese, integrar os indígenas no projeto colonial português.
  - B) a repressão dos portugueses aos indígenas alcançou seu ponto máximo na “Guerra dos Bárbaros” (1680-1720), quando terços militares e o bandeirante Domingos Jorge Velho exterminaram as populações nativas no sertão do Seridó.
  - C) os registros eclesiásticos das freguesias no Seridó evidenciam, do último quartel do século XVIII à primeira metade do século XIX, a presença de índios junto a outros grupos sociais participando dos rituais cristãos: batizado, matrimônio e exéquias.
  - D) os percursos feitos por diferentes grupos instituíram demarcações político-administrativas (arraiás, povoados e, posteriormente, vilas) e eclesiásticas (freguesias), que assinalaram o fracasso português na conquista da terra e dos nativos nos séculos XVI e XVII.
17. No Brasil, a instauração da República, em 1889, inaugurou uma nova fase na política nacional. No Rio Grande do Norte, os primeiros anos da República foram dominados pela oligarquia Albuquerque Maranhão. Nas primeiras décadas desse regime no Rio Grande do Norte,
- A) os novos mecanismos políticos da República abriram espaço à consolidação dos interesses e das perspectivas de classe dos grandes proprietários rurais e da elite comercial.
  - B) as lutas de Pedro Velho contra o “jacobinismo” militar fizeram dele o representante republicano mais típico da corrente centralizadora e industrialista do Estado.
  - C) a crítica simultânea da ordem escravista e da forma monárquica-centralizadora evidenciava o protagonismo da classe média no movimento republicano no Estado.
  - D) a ampliação do corpo eleitoral, com a República, influiu decisivamente na capacidade de as classes subalternas interferirem politicamente, pondo fim à tradicional dominação paternalista dos coronéis com seus eleitores.
18. As economias fundadoras do Rio Grande do Norte produziram espaços, territórios e foram responsáveis pelo desenvolvimento econômico e povoamento do estado. Nesse contexto, é correto afirmar:
- A) A Pecuária, primeira economia do estado, foi implantada na região Agreste e requereu um grande contingente de trabalhadores. A atividade Algodoeira promoveu a urbanização na região agreste do Estado.
  - B) A atividade Algodoeira foi a primeira economia do Rio Grande do Norte e gerou uma forte classe política. Essa atividade foi responsável pela urbanização de Caicó, Currais Novos, Ceará-Mirim e São José do Seridó.
  - C) A atividade Canavieira foi a primeira economia do estado, e os engenhos de Cunhaú e Ferreiro Torto, seus principais representantes. A Pecuária foi implantada no sertão, onde algumas cidades, tais como Currais Novos e Pau dos Ferros, surgiram a partir de fazendas.
  - D) A Mineração, primeira economia do Rio Grande do Norte, destacou-se pela exploração da scheelita. As cidades de Currais Novos, Acari, Caicó e Parelhas foram povoadas e desenvolvidas a partir da implantação dessa economia.

19. No Rio Grande do Norte, são desenvolvidas diversas atividades econômicas, algumas modernas, outras tradicionais. Na atualidade, as atividades econômicas desenvolvidas no Rio Grande do Norte e os principais municípios sedes dessas atividades são:

- A) Indústria Petrolífera: Guamaré e Messias Targino; Fruticultura: Açu e Mossoró; Mineração: Caicó e Currais Novos; Castanha de Caju: Serra do Mel e Bodó; Salineira: Areia Branca e Rio do Fogo; Turismo: Natal e Portalegre.
- B) Indústria Petrolífera: Mossoró e Guamaré; Fruticultura: Açu e Ipanguaçu; Mineração: Parelhas e Currais Novos; Castanha de Caju: Serra do Mel e Mossoró; Salineira: Areia Branca e Galinhos; Turismo: Natal e Parnamirim.
- C) Indústria Petrolífera: Mossoró e Serra Negra do Norte; Fruticultura: Mossoró e Frutuoso Gomes; Mineração: Acari e Currais Novos; Castanha de Caju: Mossoró e Jucurutu; Salineira: Areia Branca e Ouro Branco; Turismo: Natal e Martins.
- D) Indústria Petrolífera: Natal e Guamaré; Fruticultura: Mossoró e Açu; Mineração: Parelhas e Currais Novos; Castanha de Caju: Jaçanã e Mossoró; Salineira: Macau e Ouro Branco; Turismo: Natal e Caicó.

20. O Rio Grande do Norte apresenta condições edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento de atividades econômicas, tais como a carcinicultura, a fruticultura irrigada, a indústria de alimentos e bebidas, entre outras. Sobre a questão ambiental no Rio Grande do Norte, analise as proposições abaixo:

I	A desertificação da terra é um processo resultante de diversos fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas que promovem o desmatamento. No Rio Grande do Norte, a região do Agreste é a mais afetada pela desertificação, e, dentre as atividades responsáveis por esse processo destacam-se as do setor cerâmico e as da mineração.
II	O aquecimento econômico do setor da construção civil, na última década, trouxe benefícios a diversos municípios do estado, como o aumento da oferta de empregos. No entanto, é importante que esse setor leve em conta, em seu desenvolvimento, o uso e os limites de sustentabilidade dos recursos ambientais.
III	A expansão das áreas urbana e industrial provocou forte impacto na qualidade dos recursos hídricos, e o principal vetor de contaminação das águas é a falta de saneamento (coleta e tratamento de esgoto). Por esse fato, os rios Potengi, Jundiá, Pitimbu, Maxaranguape, Ceará Mirim, Doce e Pirangi estão altamente contaminados e com suas águas impróprias para o consumo humano direto.
IV	Uma ferramenta eficaz para combater os principais problemas ambientais das cidades é levá-los ao conhecimento dos seus cidadãos de modo que estes possam exigir o cumprimento das leis vigentes, tais como as que possibilitam as construções em dunas, faixas de praias e manguezais.
V	A carcinicultura foi implantada, inicialmente, em áreas de mangues já desmatadas por pequenas e antigas salinas e, posteriormente, expandiu-se para as demais áreas estuarinas do estado.

Estão corretas apenas as afirmações:

- A) IV e V.
- B) I e II.
- C) II, III e V.
- D) I, III e IV.

21. O cargo de Procurador-Geral de Justiça decorre de eleição entre os seus pares. Nesse sentido, a assunção do indicado pela categoria ao cargo é garantida após
- A) o chefe do poder executivo deixar de providenciar a nomeação do Procurador-Geral de Justiça nos dez dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice.
  - B) o resultado final da eleição, homologado e publicado por decisão do Procurador-Geral de Justiça, promovendo a nomeação.
  - C) o Governador do Estado nomeá-lo dentre os procuradores de Justiça da carreira recomendados em lista tríplice, depois da aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa.
  - D) o decurso do prazo legal, sem manifestação da Assembleia Legislativa, e consequente aprovação tácita do nome indicado, cabendo ao chefe do Poder Executivo proceder à nomeação nos quinze dias subsequentes.
22. O Colégio de Procuradores de Justiça é órgão deliberativo da Administração Superior do Ministério Público, composto por todos procuradores de justiça do Rio Grande do Norte e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça. O referido Colégio tem como atribuição
- A) opinar, ante solicitação do Corregedor-Geral de Justiça, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público bem como sobre outras de interesse institucional.
  - B) propor à Assembleia Legislativa a destituição do Procurador-Geral de Justiça pelo voto de dois terços de seus membros e por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa.
  - C) recomendar ao Procurador-Geral de Justiça, caso provocado pela maioria absoluta dos integrantes do Ministério Público, a destituição do Corregedor-Geral, nos casos de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa.
  - D) instaurar procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público, remetendo os autos ao Corregedor-Geral de Justiça.
23. O Conselho Superior do Ministério Público, órgão de deliberação específica da Administração Superior do Ministério Público, tem por finalidade fiscalizar e supervisionar a atuação dos membros da Instituição bem como zelar pela observância dos seus princípios institucionais. Nesse condão, compete ao citado Conselho
- A) recomendar, por voto de dois terços de seus integrantes, a disponibilidade ou a remoção de membros do Ministério Público, assegurada ampla defesa.
  - B) decidir sobre a abertura de concurso para o provimento de cargos iniciais da carreira, quando essas vagas não excederem a dez por cento dos cargos, e determiná-la se, em todo o quadro, as vagas superarem esse índice.
  - C) elaborar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público, decidindo sobre reclamações formuladas a esse respeito, e encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça para devida homologação.
  - D) promover apuração da responsabilidade criminal de membro do Ministério Público se, em processo administrativo, verificar-se crime de ação pública incondicionada.

- 24.** O servidor público pode, eventualmente, lograr êxito em eleição para cargo político. Nessa hipótese, a legislação do Rio Grande do Norte prevê que o servidor
- A)** investido em mandato de vereador, é obrigatoriamente afastado do cargo de origem, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
  - B)** eleito para o cargo de Prefeito, é afastado do cargo, recebendo remuneração referente à de Chefe do Executivo Municipal.
  - C)** investido em mandato eletivo, tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, fica afastado do cargo.
  - D)** eleito para o cargo de deputado estadual, tem garantia de não remoção ou redistribuição de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.
- 25.** O Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) é um instrumento pelo qual a Administração Pública exerce seu poder-dever de apurar as infrações funcionais e aplicar as penalidades cabíveis a seus agentes públicos. No âmbito do Regime Jurídico dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte, o regulamento do PAD dispõe que
- A)** rever-se-á, a qualquer tempo, o processo disciplinar, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência ou a condenação do investigado ou a inadequação da penalidade aplicada.
  - B)** subsistirá a responsabilidade administrativa, que decorre de infração disciplinar, mesmo no caso de absolvição do servidor por sentença criminal passada em julgado que haja negado a existência do fato ou a sua autoria.
  - C)** a penalidade será imposta pelo Governador do Estado, pelos Presidentes da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas e pelo Procurador-Geral de Justiça, em relação aos servidores que lhe são subordinados ou vinculados, quando se tratar de demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
  - D)** o afastamento do exercício do cargo pelo prazo de até 60 (sessenta) dias improrrogáveis poderá ser determinado pela autoridade instauradora do processo disciplinar como medida cautelar, a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, aplicando-se a medida sem prejuízo da remuneração.



26. A contabilidade tem como técnica básica o Método das Partidas Dobradas, segundo o qual a todo débito corresponde um crédito de igual valor. Porém, existem, na contabilidade aplicada ao setor público, as chamadas transações sem contraprestação, dentre as quais se enquadram as situações em que uma entidade pública fornece diretamente alguma compensação em troca de recursos recebidos, sem que essa compensação se aproxime do
- A) custo estimado dos ativos incorporados por doação.
  - B) valor recuperável dos recursos recebidos.
  - C) custo corrente dos ativos incorporados por doação.
  - D) valor justo dos recursos recebidos.
27. O componente patrimonial ativo, conforme estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, é um recurso controlado no presente por uma entidade como resultado de evento passado. Dentre as diversas classificações de ativo, está a de ativo contingente, cuja existência será confirmada
- A) pelo lançamento por estimativa de um recebível, como uma receita tributária corrente ou de capital.
  - B) pela entrada de recursos ou não que incorporam benefícios futuros econômicos e potenciais sob o controle da entidade.
  - C) pelo reconhecimento de prazo ou de valor incerto, como a reversão de uma perda provisionada de recebíveis.
  - D) pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que estão fora do controle total da entidade.
28. Considere as afirmações a seguir, acerca da Consolidação das Demonstrações Contábeis no Setor Público.

I	A consolidação, realizada de acordo com o Plano Plurianual, é o processo de agregação dos saldos das contas de uma entidade, referentes a mais de um exercício social.
II	A consolidação nacional é de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional e abrange todas as entidades incluídas no orçamento fiscal e a da seguridade social.
III	A consolidação, no setor público brasileiro, pode ser realizada em âmbito intergovernamental ou intragovernamental.
IV	A classificação das contas apresentada no Plano de Contas Geral Nacional identifica as contas passíveis de consolidação.

Das afirmações, estão corretas

- A) II e III.
  - B) I e III.
  - C) II e IV.
  - D) I e IV.
29. O Balanço Patrimonial, conforme estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, é composto por quatro quadros, sendo o primeiro denominado de Quadro Principal. Nesse quadro, são apresentados os Ajustes de Avaliação Patrimonial, que devem figurar no
- A) Passivo financeiro.
  - B) Ativo circulante.
  - C) Patrimônio líquido.
  - D) Resultado diferido.

30. O Pronunciamento Conceitual Básico (R1), que define a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, tem apenas uma premissa subjacente, a partir da qual são emanadas todas as normas contábeis aplicadas no Brasil. Essa premissa é a da
- A) continuidade.  
 B) competência.  
 C) oportunidade.  
 D) materialidade.
31. Analise a tirinha reproduzida a seguir:



Disponível em: <[http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.bampi.com.br/wordpress/wp-content/tirinha-dilbert.bmp&imgrefurl=http://www.retrogamesbrasil.com/t18684-algo-que-explica-o-meu-dia-hoje&h=201&w=650&tbid=dXVeDg6rKoEOUM:&docid=\\_qDF77HsvEY35M&ei=Dtb-VcmLsG6wATCmpOoBw&tbm=isch&ved=0CCcQMygLMAqFQoTCMnkiu77hcg CFUEdkAodQs0EdQ](http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.bampi.com.br/wordpress/wp-content/tirinha-dilbert.bmp&imgrefurl=http://www.retrogamesbrasil.com/t18684-algo-que-explica-o-meu-dia-hoje&h=201&w=650&tbid=dXVeDg6rKoEOUM:&docid=_qDF77HsvEY35M&ei=Dtb-VcmLsG6wATCmpOoBw&tbm=isch&ved=0CCcQMygLMAqFQoTCMnkiu77hcg CFUEdkAodQs0EdQ)>. Acesso em: 16 fev. 2017.

Constata-se que a tirinha apresenta uma crítica à compreensibilidade, a qual, na atual Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, é classificada como uma

- A) característica qualitativa de melhoria da informação contábil-financeira.  
 B) característica qualitativa fundamental da informação contábil-financeira.  
 C) convenção contábil.  
 D) propriedade contábil.
32. Os fatos contábeis (ou administrativos), classificados como permutativos, modificativos ou mistos, geram os registros realizados pela contabilidade, os quais, por sua vez, servem de base para a elaboração das demonstrações contábeis. Considerando essa classificação, a compra de uma mercadoria e sua posterior revenda (com lucro) são fatos, respectivamente,
- A) misto e modificativo.  
 B) modificativo e permutativo.  
 C) permutativo e modificativo.  
 D) permutativo e misto.
33. A parceria público-privada (PPP) é uma modalidade especial de contrato administrativo de concessão de serviço público, com eventual execução de obras ou fornecimento de bens. A PPP se diferencia da concessão comum por envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado e repartição de riscos entre as partes. Os contratos de PPP podem ser firmados em duas modalidades:
- A) investimento em consórcio e concorrência internacional.  
 B) contratação direta e concorrência pública.  
 C) inversão contingenciada e concessão direta.  
 D) concessão patrocinada e concessão administrativa.



**34.** A Constituição Federal de 1988 estabelece que, aos servidores titulares de cargos efetivos dos entes da Federação, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas. Esse artigo foi regulamentado pela Lei n. 9.717/1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos, instituídos e organizados pelos respectivos entes federativos.

Na implantação dos RPPS, é feita a segregação de massa de segurados, que consiste na separação destes em dois grupos distintos, a partir da definição de uma data de corte. Os servidores admitidos anteriormente à data de corte e os admitidos após essa data integrarão, respectivamente, os planos

- A)** orçamentário e financeiro.
- B)** financeiro e previdenciário.
- C)** patrimonial e previdenciário.
- D)** orçamentário e patrimonial.

**35.** O conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, os quais não foram recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez, denomina-se

- A)** dívida ativa.
- B)** dívida pública.
- C)** restos a pagar processados.
- D)** restos a pagar não processados.

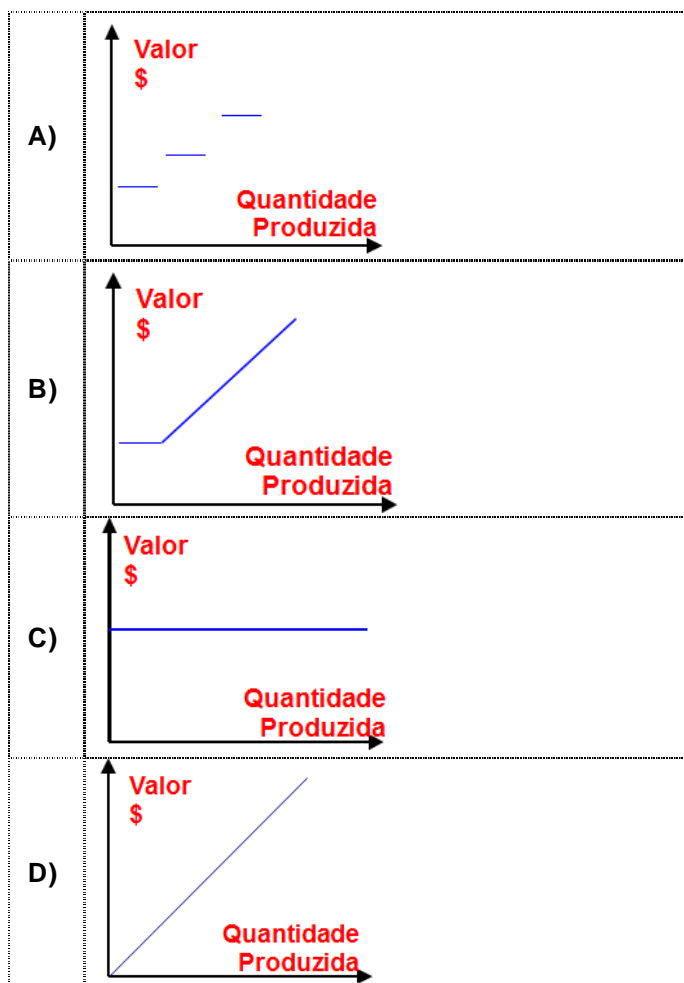
**36.** Na linguagem coloquial do dia a dia, é comum as pessoas utilizarem as palavras “custo”, “despesa”, “gasto”, “perda” e “investimento”, como sinônimos. No entanto, na contabilidade de custos, essas palavras assumem diferentes significados. Dessa forma, a compra de um produto ou de um serviço qualquer que gera sacrifício financeiro para a entidade, representado por entrega ou promessa de entrega de ativos, é um exemplo de

- A)** custo.
- B)** gasto.
- C)** despesa.
- D)** perda.

**37.** Os custos recebem diferentes classificações em função da necessidade de geração de informação para que se possam tomar decisões ou, simplesmente, atribuir valor aos bens produzidos ou aos serviços prestados. A soma de todos os custos de produção, exceto os relativos a matérias-primas e a outros eventuais adquiridos e empregados sem nenhuma modificação pela empresa, é denominada

- A)** custos de transformação.
- B)** custos primários.
- C)** custos indiretos.
- D)** custos de oportunidade.

38. Em relação ao comportamento dos custos quanto ao seu volume de atividades, eles podem ser classificados de forma diferenciada. Considerando essa classificação, a opção na qual há um gráfico que representa o comportamento dos custos semivariáveis é:



39. A margem de contribuição é um importante indicador para a gestão de custos de uma entidade. Considere as seguintes afirmações sobre esse indicador.

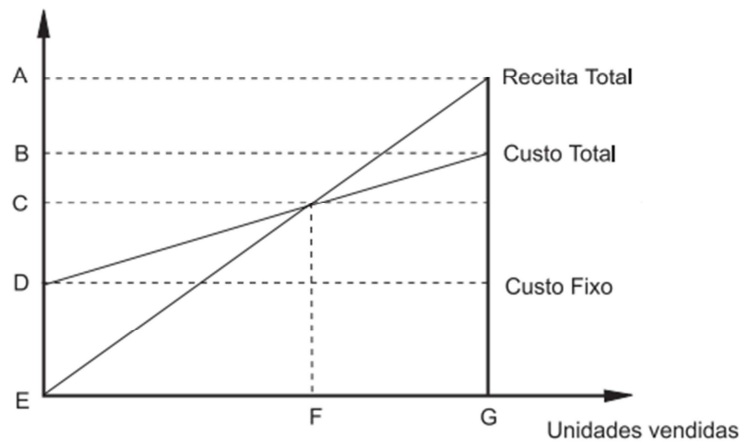
I	A Margem de Contribuição Unitária é calculada a partir da diferença entre o preço de venda e as despesas fixas e variáveis de cada unidade vendida.
II	A Margem de Contribuição é o valor que cada unidade, efetivamente, traz para a entidade e corresponde à sobra entre a receita da unidade e o custo que, de fato, foi provocado, podendo ser imputado a ela sem erro.
III	Para o cálculo do ponto de equilíbrio em unidades monetárias, pode ser utilizado o Índice de Margem de Contribuição, que é calculado a partir da divisão entre o preço de venda e os gastos variáveis de cada unidade vendida.
IV	Se não houver fatores restritivos à capacidade produtiva da entidade, o melhor produto pode ser identificado como sendo o de maior margem de contribuição unitária.

Das afirmações, estão corretas

- A) III e IV.
- B) I e III.
- C) I e II.
- D) II e IV.

Responda às questões 40 e 41, com base no gráfico reproduzido a seguir, que representa, genericamente, a estrutura de gastos e receitas de uma entidade.

Receitas e custos, em reais



40. O Ponto de Equilíbrio Econômico, que leva em conta a remuneração do capital investido, o lucro mínimo desejado, ou o custo de oportunidade, está localizado
- A) à direita do Ponto F.
  - B) abaixo do ponto C.
  - C) a partir do ponto F.
  - D) à esquerda do ponto C.
41. O Ponto de Equilíbrio Contábil, em reais e em quantidades, está representado pelos segmentos
- A) DC do eixo das ordenadas e FG do eixo das abscissas.
  - B) ED e DC do eixo das ordenadas e EF do eixo das abscissas.
  - C) CB e BA do eixo das ordenadas e EF do eixo das abscissas.
  - D) ED do eixo das ordenadas e FG do eixo das abscissas.

Responda às questões 42 e 43, com base na determinação presente no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público acerca das provisões, no quadro a seguir:

As provisões devem ser reconhecidas quando estiverem presentes os três requisitos abaixo:

- a. Exista uma obrigação presente (formalizada ou não) resultante de eventos passados;
- b. Seja provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação.
- c. Seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação;

42. Ao atender todos os requisitos de reconhecimento de provisão, é necessário proceder com os respectivos lançamentos contábeis. A contabilização do reconhecimento da provisão de natureza patrimonial é:
- A) VPA  
a Diversos  
Provisões  
Obrigações a pagar
  - B) Provisões  
a Obrigações a pagar
  - C) Diversos  
a Obrigações a pagar  
Provisões  
VPA
  - D) VPD  
a Provisões

43. Para que exista uma obrigação presente resultante de eventos passados, é necessário que a única alternativa realista que a entidade possua seja:
- A) contingenciar a obrigação criada pelo evento.
  - B) liquidar a obrigação criada pelo evento.
  - C) contabilizar, por estimativa, a obrigação criada pelo evento.
  - D) incorporar, ao passivo, a obrigação criada pelo evento.
44. Para a implantação do Sistema de Informação de Custos Aplicado ao Setor Público (SICSP), devem ser observados os atributos da informação de custos, definidos na norma NBC T 16.11. São exemplos desses atributos, dentre outros,
- A) valor social, utilidade, continuidade e representação fidedigna.
  - B) relevância, verificabilidade, oportunidade e fidedignidade.
  - C) oportunidade, granularidade, adaptabilidade e comparabilidade.
  - D) especificidade, oportunidade, continuidade e adaptabilidade.

**Responda às questões de 45 a 49 com base nas informações presentes no quadro a seguir.**

Considere uma sociedade empresária industrial que confecciona roupas infantis em sistema de produção contínua. Essa sociedade iniciou suas atividades no dia 01 de março de 2017, com um lote de 12.000 peças, das quais estavam concluídas, ao final desse mês, apenas 10.000. O controle de produção levantou os seguintes dados:

- para a conclusão das últimas 2.000 peças, faltavam apenas o acabamento e a embalagem, que representam 10% do custo total de uma peça pronta;
- o custo de material foi calculado em R\$ 28.320,00;
- o custo de mão de obra direta foi calculado em R\$ 6.780,00;
- os demais custos de produção somaram R\$ 18.000,00;
- 80% das peças concluídas foram vendidas por R\$ 8,00 cada uma;
- há 25% de impostos incidentes sobre as vendas da empresa;
- a empresa utiliza o método de custeio por absorção.

45. Por se tratar de uma empresa que trabalha em produção contínua, é utilizado um artifício matemático para apuração de custos de produtos acabados, pois nem toda produção iniciada é concluída no mesmo mês. A esse artifício, dá-se o nome de
- A) margem de contribuição.
  - B) custo-padrão.
  - C) equivalente de produção.
  - D) custo de produção.
46. No final do mês de março, o custo unitário de material apurado foi de
- A) R\$ 2,36.
  - B) R\$ 2,40.
  - C) R\$ 2,78.
  - D) R\$ 2,20.
47. O valor registrado do estoque final de produtos em elaboração é de
- A) R\$ 8.100,00.
  - B) R\$ 8.850,00.
  - C) R\$ 12.000,00.
  - D) R\$ 10.120,00.

48. O lucro bruto auferido pela empresa, após a venda ter sido realizada, será de
- A) R\$ 18.000,00.
  - B) R\$ 48.000,00.
  - C) R\$ 24.000,00.
  - D) R\$ 12.000,00.
49. Um analista de custos decidiu analisar o valor do resultado apurado utilizando o custeio variável. Após essa análise, ao comparar o valor encontrado com o apurado pelo custeio por absorção, ele constatou que esse valor é
- A) equivalente.
  - B) maior.
  - C) igual.
  - D) menor.
50. Em um dado nível de vendas, o grau de alavancagem operacional é uma medida que prevê como uma variação percentual do volume de vendas afeta o lucro de uma empresa. Considerando duas empresas distintas, com as mesmas receitas e despesas totais, mas com diferentes estruturas de custos, a que apresenta alavancagem operacional mais elevada é a empresa que
- A) apresenta menor ponto de equilíbrio econômico.
  - B) possui maior proporção de custos variáveis.
  - C) possui maior proporção de custos fixos.
  - D) apresenta menor variação de custo-padrão.
51. Analise as afirmações a seguir acerca de ativos intangíveis incorporados ao patrimônio de uma entidade pública.

I	Intangíveis são os direitos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade.
II	Um ativo intangível deve ser reconhecido somente quando for possível que os benefícios econômicos futuros esperados, atribuíveis ao ativo, sejam gerados em favor da entidade, e o custo do ativo for mensurado com segurança.
III	O critério de mensuração ou de avaliação dos ativos intangíveis, obtidos a título gratuito, e a eventual impossibilidade da valoração desses ativos devem ser evidenciados em notas explicativas.
IV	Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível não podem ser incorporados ao valor desse ativo.

Das afirmações, estão corretas

- A) II e IV.
  - B) I e II.
  - C) III e IV.
  - D) I e III.
52. Os Indicadores de Liquidez avaliam a capacidade de pagamento de uma empresa. Dentre os indicadores de liquidez mais conhecidos, estão a liquidez corrente (LC) e a liquidez seca (LS). A expressão que demonstra, adequadamente, a relação entre esses dois indicadores, para qualquer composição de ativo circulante, é:
- A)  $LC \leq LS$ .
  - B)  $LC \geq LS$ .
  - C)  $LC = LS$ .
  - D)  $LC \neq LS$ .

53. Na análise das demonstrações contábeis, é comum a utilização de indicadores financeiros. Dentre os principais grupos de indicadores, estão os de estrutura. São exemplos desse tipo de indicador:
- A) imobilização do patrimônio líquido e margem bruta.
  - B) composição de endividamento e participação de capital de terceiros.
  - C) giro do estoque e participação do capital próprio.
  - D) margem líquida e alavancagem financeira.
54. Muitas são as dificuldades e as dúvidas no momento de relacionar as Despesas Orçamentárias de Exercícios Anteriores (DEA) aos seus efeitos no patrimônio, principalmente quanto à decisão de sua forma de contabilização. Considerando a sua forma de contabilização, a DEA
- A) corresponde, quanto à classificação orçamentária por natureza da despesa, a elemento de despesa próprio usado no orçamento do exercício corrente para despesas que pertencem ao exercício anterior.
  - B) é uma conta contábil do patrimônio líquido.
  - C) registra o saldo decorrente de efeitos de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, que se ajusta no primeiro trimestre do exercício atual.
  - D) é representada pela conta Ajuste de Exercício Anterior.
55. Na contabilidade aplicada ao setor público, estão previstas operações de crédito. Em uma dessas operações, obtém-se, junto a uma instituição financeira, recurso acrescido de juros e demais encargos previstos contratualmente. Essa operação é denominada
- A) operação contratual.
  - B) mútuo financeiro.
  - C) operação mobiliária.
  - D) derivativo financeiro.
56. A mensuração de ativos e de passivos contribui para satisfazer aos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil pelas entidades do setor público. São exemplos de bases de mensuração de ativos:
- A) custo histórico e valor em uso.
  - B) custo corrente e custo de reposição.
  - C) custo de liberação e preço presumido.
  - D) custo de reposição e custo de cumprimento.
57. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e afetam o seu resultado. Uma das situações em que se considera realizada a variação patrimonial aumentativa é quando
- A) deixa de existir o correspondente valor passivo, por transferência de sua propriedade para terceiro.
  - B) há geração natural de novos passivos, independentemente da intervenção de terceiros nessa geração.
  - C) existe pagamento efetivo de doações e subvenções, decorrentes de ingressos extraorçamentários.
  - D) ocorre a extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.

- 58.** O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é a estrutura básica da escrituração contábil. Ele é formado por uma relação padronizada de contas contábeis, permitindo o registro contábil de atos e fatos praticados por uma entidade pública de modo padronizado e sistematizado. Sobre o PCASP, é correto afirmar:
- A)** Os atributos da conta contábil, no PCASP, são características próprias que a distinguem de outras contas. Os atributos podem ser decorrentes de conceitos teóricos, da lei ou do sistema operacional utilizado. São classificados como atributos legais, atributos contábeis e atributos conceituais.
  - B)** O PCASP traz, como naturezas da informação, a patrimonial, a orçamentária e a de controle, sendo dividido em 8 classes: Ativo (1), Passivo e PL (2), Variações patrimoniais aumentativas (3), Variações patrimoniais diminutivas (4), Controles da Execução do Planejamento e Orçamento (5), Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento (6), Controles Devedores (7) e Controles Credores (8).
  - C)** O PCASP está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis: Orçamentária, que evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária; Patrimonial, que evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com a composição do patrimônio público; e Controle, que evidencia os atos de gestão cujos efeitos não produzem modificações no patrimônio da entidade do setor público.
  - D)** A utilização do PCASP é obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos, suas autarquias, inclusive especiais, e suas fundações como também empresas estatais dependentes.
- 59.** De acordo com o reconhecimento e as formas de avaliação a que estão sujeitos os itens patrimoniais de empresas privadas, é correto afirmar:
- A)** O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais, tais como: seguro, transporte, impostos não-cumulativos, manuseio e outros atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços.
  - B)** Os ativos biológicos e os produtos agrícolas são reconhecidos pela entidade quando são cumpridas as seguintes exigências: a entidade controla o ativo como resultado de eventos passados; os benefícios econômicos futuros associados ao ativo, provavelmente, fluem para a entidade; e o valor justo ou o custo do ativo podem ser mensurados confiavelmente.
  - C)** As Propriedades para investimentos, tais como imóveis para aluguel ou para valorização do capital, devem ser inicialmente mensuradas pelo seu custo ou valor justo e atualizadas pelos gastos com reparos e manutenções diários. Se a propriedade for comprada a prazo, o seu custo a ser contabilizado como valor inicial deverá ser o equivalente ao valor pago pela propriedade.
  - D)** As participações em ações no capital social de outras sociedades podem ser avaliadas pelo valor justo ou pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Se um investimento é feito por uma empresa e controlado juntamente com uma entidade, ele deve ser avaliado pelo método de valor justo. No entanto, se o investidor tem influência significativa, ele deve ser avaliado pelo MEP.
- 60.** A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Sobre despesas orçamentárias, é correto afirmar:
- A)** as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária são créditos adicionais, classificados em suplementares e extraordinários.
  - B)** as despesas de exercícios anteriores, a devolução dos valores de terceiros, o pagamento das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e os depósitos compulsórios são exemplos de despesas orçamentárias.
  - C)** as duas etapas das despesas orçamentárias são o planejamento e a execução, a qual possui três estágios: empenho, liquidação e pagamento.
  - D)** as despesas orçamentárias, para fins contábeis, classificam-se, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, em despesa corrente e despesa de capital.